PSTU
Opinião socialista
Ano VIII Edição 150
De 15 a 28/05/2003
Contribuição R$ 2,00

REFORMA É ATRASO!

DIGA NÃO!

NOS DIAS 14 E 15 DE MAIO, SERVIDORES FARÃO PARALISAÇÃO DE 48 HORAS E TOMARÃO AS RUAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PÁGINAS 8-9

CONGRESSOS ESTADUAIS DA CUT

ESQUERDA UNIDA DERROTA ARTICULAÇÃO EM MINAS

EM SANTA CATARINA, NINGUÉM DEFENDE REFORMA. RIO E SÃO PAULO TERÃO PLENÁRIAS DA ESQUERDA

PÁGINAS 12-13

ELEIÇÕES NA ARGENTINA

AONDE VAI A ARGENTINA?

VOTO BRONCA NÃO SE EXPRESSOU NAS ELEIÇÕES, MAS KIRCHNER TERÁ DE ENFRENTAR LUTAS PARA APLICAR PLANOS DO FMI

PÁGINA 14

CONGRESSOS ESTADUAIS DA CUT

ESQUERDA PT

VOTO BRONCA NÃO SE EXPRESSOU NAS ELEIÇÕES, MAS KIRCHNER TERÁ DE ENFRENTAR LUTAS PARA APLICAR PLANOS DO FMI

PÁGINA 3

CAROS LEITORES

OPINIÃO SOCIALISTA COMPLETA 150 EDIÇÕES

No dia 31 de maio de 1996, saía o primeiro número do ***Opinião Socialista***. Na capa, o chamado à Greve Geral contra FHC e a denúncia do latifúndio. De lá para cá foram muitas reportagens e artigos que o mantiveram como um dos principais jornais da esquerda. Para comemorar, estamos fazendo uma promoção. Mande uma carta ou um e-mail para *opiniao@pstu.org.br*, até 30 de maio, dizendo **o que você acha de mais importante no jornal**, e concorra ao livro *Aonde vai a França*, de Trotstky.

SUMÁRIO

EDITORIAL/FALA ZÉ MARIA	3
FUNDOS DE PENSÃO	4-5
FUNCIONALISMO	6
ENCARTE PREVIDÊNCIA	7-10
JUVENTUDE	11
CECUT'S	12-13
ARGENTINA	14
PARAGUAI	15
CAMPANHA CONTRA A ALCA	16

NOTAS

"O PT COMO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO, INFELIZMENTE MORREU"

Ricardo Pereira, o Ricardinho, dirigente do DCE da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em depoimento ao OS, explica os motivos que o levaram a romper com a Democracia Socialista (DS) e o Partido dos Trabalhadores.

"O Governo Lula nesses três meses colocou em pauta medidas que aprofundam a política de FHC, acordos com FMI, arrocho salarial e reformas, como a da Previdência, que atacam direitos dos trabalhadores. Infelizmente a esquerda, em especial a DS, vem capitulando a essa política. Os exemplos são contundentes: na votação da PEC-53, na indicação de Sarney para a presidência do Senado e na tentativa de fazer composições com o PCdoB e a *Articulação* na UNE e na CUT para transformar essas entidades em correia de transmissão do governo(...).

O PT, como instrumento de mobilização por projeto anti-capitalista e anti-imperialista, infelizmente morreu. Por isso, depois de 14 anos de militância, me desligo da DS e do PT, e entro no **PSTU** para construir uma alternativa revolucionária que una os setores de esquerda do país."

IMPRENSA SINDICAL CONTA COM BOLETIM *REALIDADE ECONÔMICA*

O 13 de Maio/Núcleo de Educação Popular está lançando o ***Realidade Econômica***, uma análise da realidade econômica sem mentiras e disfarces. A publicação seguirá a linha editorial do boletim ***Crítica Semanal da Economia***, com textos adaptados às dimensões de espaço dos jornais ou revistas sindicais e com uma linguagem mais simples.

A redação será coordenada pelo economista José Martins, doutor pela Universidade de Paris, professor da FGV e com uma longa história de contribuição teórica na luta sindical e movimentos sociais. De saída, ***Realidade*** terá artigos sobre o Banco Central e as reformas tributária e previdenciária.

Realidade Econômica já está sendo distribuída para diversos jornais sindicais.

Mais infomações ligue (11) 9132-6635 ou escreva para *criticaeconomia@hotmail.com*

MILITANTES MORREM EM ACIDENTES EM ESTRADAS

Morreu no dia 11 de maio, vítima de um acidente de carro na rodovia Bauru/Marília, o companheiro Eurides Pereira Pinto, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região.

Eurides estava cumprindo o seu segundo mandato. Membro ativo da diretoria, participou de várias mobilizações dos servidores municipais e também na luta pela cassação dos vereadores e do prefeito Izzo Filho. Foi militante do **PSTU**, tendo que se afastar por motivos particulares, mas sempre continuou próximo ao partido levando a nossa política nas frentes de luta da classe trabalhadora.

Semanas antes, um outro trágico acidente provocou a morte de Marta Gomes, de 21 anos, e de outros três estudantes de História do Rio de Janeiro que iam para um encontro. Faltavam duas horas para o ônibus que levava estudantes de várias faculdades chegar a Linhares (ES), quando foi atingido por um bloco de concreto de cerca de duas toneladas, que soltou-se de uma carreta. Marta, que era do Centro Acadêmico na Uerj de São Gonçalo (RJ), usava o adesivo do **Movimento Ruptura Socialista** quando faleceu. Outros 24 estudantes ficaram feridos. A todos estes companheiros, a homenagem do **PSTU**.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64 Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br*** Fax: (11) 5575-6093

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTB 14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Euclides de Agrela

REDAÇÃO
André Valuche, Fernando Silva, João Ricardo Soares, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Alícia Sagra, Américo Gomes, Cacau, Gabriel Massa, Hermano Rocha, Joaninha, Jonas Potyguar, José Miguel Bendrao Saldanha, Rogério Marzolla, Sara Granemann

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

NOME

ENDEREÇO

CIDADE **ESTADO**

CEP **TELEFONE**

E-MAIL

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
❑ 1x R$ 48,00	❑ 1x R$ 96,00
❑ 2x R$ 24,00	❑ 2x R$ 48,00
❑ 3x R$ 16,00	❑ 3x R$ 32,00
❑ Solidária R$	❑ Solidária R$ .....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura total ou parcelada para R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

■ **SEDE NACIONAL**
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino São Paulo - SP
(11) 5575.6093
pstu@pstu.org.br

ALAGOAS

■ **MACEIÓ**
R. Pedro Paulino, 258 - Poço
(82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

■ **MACAPÁ**
Rua Prof. Tostes, 914 - Santa Rita
(96) 9963.0775 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

■ **MANAUS**
R. Emílio Moreira, 801- Altos - 14 de Janeiro - (92)234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

■ **SALVADOR**
R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris
(71)328-6729 *salvador@pstu.org.br*

■ **ALAGOINHAS**
R. Alex Alencar, 16 -Terezópolis -
alagoinhas@pstu.org.br

■ **MUCURI**
R. Jovita Fontes, 430 - Centro
(73)206.1482

CEARÁ

■ **FORTALEZA**
fortaleza@pstu.org.br

CENTRO
Av. Carapinima, 1700 - Benfica

BARRA
Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema

DISTRITO FEDERAL

■ **BRASÍLIA**
Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

■ **VITÓRIA**
Av. Princesa Isabel, 15 - Ed. Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS

■ **GOIÂNIA**
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário -
(62)202-4905 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

■ **SÃO LUÍS**
(98)276.5366 / 9965-5409 -
saoluis@pstu.org.br

MINAS GERAIS

■ **BELO HORIZONTE**
Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô)
(31)3222.3716 - *bh@pstu.org.br*

■ **CONTAGEM**
Rua França, 532/202 - Eldorado

■ **JUIZ DE FORA**
Av. Barão do Rio Branco, 3008 - bloco C - ap. 301
(32) 9965.1240 9966.1136

■ **UBERABA**
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br

PARÁ

■ **BELÉM**
belem@pstu.org.br

SÃO BRÁS
Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
(91)259.1485 -

ICOARACI
Conjunto da COHAB, Trav. S1, nº 111- (91) 9993.5650 / 227.8869

■ **CAMETÁ**
R. Cel. Raimundo Leão, 925 Centro

PARAÍBA

■ **JOÃO PESSOA**
R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro - (83)241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

■ **CURITIBA**
R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

■ **RECIFE**
R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 -
recife@pstu.org.br

PIAUÍ

■ **TERESINA**
R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

■ **RIO DE JANEIRO**
rio@pstu.org.br

PRAÇA DA BANDEIRA
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689

CAMPO GRANDE
Estrada de Monteiro, 538/Casa 2

■ **DUQUE DE CAXIAS**
R. das Pedras, 66/01, Centro

■ **NITERÓI**
R. Dr. Borman, 14/301 - Centro
(21)2717.2984 *niteroi@pstu.org.br*

■ **NOVA IGUAÇU**
R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro

■ **VOLTA REDONDA**
Rua Peri, 131/2 - Eucaliptol

RIO GRANDE DO NORTE

■ **NATAL**
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
Cidade Alta - (84)201.1558

RIO GRANDE DO SUL

■ **PORTO ALEGRE**
R. General Portinho, 243
(51)3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

■ **CAXIAS DO SUL**
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54)9974-4307

■ **PASSO FUNDO**
XV Novembro, 1175 - Centro -
(54)9982-0004

■ **PELOTAS**
(53)9104-0804 -
pelotas@pstu.org.br

■ **RIO GRANDE**
(53)9977.0097

■ **SANTA MARIA**
(55)9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

■ **SÃO LEOPOLDO**
R. São Caetano, 53

SANTA CATARINA

■ **FLORIANÓPOLIS**
Rua Nestor Passos, 104 Centro
(48)225.6831 -
floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO

■ **SÃO PAULO**
saopaulo@pstu.org.br

CENTRO
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5904.2322

ZONA LESTE
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel
(11) 6297.1955

ZONA OESTE
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483
Butantã - (11)3735.8052

ZONA NOROESTE
R. Filomeno Bochi Pilli, 140/5 - Freguesia de Ó (11)3978.2239

ZONA SUL
SANTO AMARO
R. Cel. Luis Barroso, 415 -
(11)5524-5293

CAMPO LIMPO
R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior

■ **BAURU**
R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.kit.net

■ **CAMPINAS**
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

■ **CAMPOS DO JORDÃO**
Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
(12)3664.2998

■ **DIADEMA**
R. dos Rubis, 359 - Centro
(11)9891-5169
diadema@pstu.org.br

■ **EMBU DAS ARTES**
Av. Rotary, 2917 sobreloja
Pq. Pirajuçara (11) 4149.5631

■ **FRANCO DA ROCHA**
R. Washington Luiz,43 -Centro

■ **GUARULHOS**
R. Miguel Romano, 17 - Centro
(11) 6441.0253

■ **JACAREÍ**
R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953.6122

■ **LORENA**
Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro

■ **OSASCO**
R. São João Batista, 125

■ **RIBEIRÃO PRETO**
R. Saldanha Marinho, 87
Centro - (16) 637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br

■ **SANTO ANDRÉ**
R. Adolfo Bastos, 571
Vila Bastos - (11)4427-4374
www.pstunoabc.hpg.com.br

■ **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186 e 6832-1664
saobernardo@pstu.org.br

■ **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
sjc@pstu.org.br

VILA MARIA
R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845

ZONA SUL
Rua Brumado, 169 Vale do Sol

■ **SOROCABA**
Rua Prof. Maria de Almeida,498 - Vila Carvalho

■ **SUZANO**
Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro
(11) 4742-9553

■ **TAUBATÉ**
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

■ **ARACAJU**
Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

! NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

È HORA DE UNIR A ESQUERDA NUM NOVO PARTIDO

No dia 12, a Executiva Nacional do PT deu início a um processo que pode levar à expulsão da senadora Heloísa Helena e dos deputados federais Babá e Luciana Genro por se recusarem a votar a reforma da Previdência.

Nós, do PSTU, nos solidarizamos com esses companheiros, que estão sendo perseguidos por se recusarem a apoiar a Reforma da Previdência do FMI que Lula e o PT estão defendendo. E também felicitamos estes companheiros pela decisão política de honrar suas trajetórias de luta, negando-se a se comprometer em votar contra os trabalhadores.

No debate aberto pela ameaça de expulsão, a cúpula do PT e vários deputados petistas, além de toda a mídia, estão discutindo a possível expulsão dos companheiros como se esse assunto fosse apenas um problema de disciplina partidária.

Inclusive os que se posicionam contra uma eventual expulsão e chegam a definir a posição da Executiva como um "ataque preventivo", comparando-a com a política da "guerra preventiva" de Bush - como Chico Alencar e Ivan Valente – limitam-se a uma defesa democrática . "Como não há crime, não pode haver punição", dizem eles, na medida em que o Congresso Nacional ainda não votou a reforma e a bancada do partido ainda não "fechou questão" sobre a votação da reforma da Previdência.

Mas, além do ato autoritário, truculento e antidemocrático que a ameaça de "expulsão preventiva" significa, seria um profundo erro não tirar a conclusão política mais importante destes acontecimentos: **o PT morreu como um instrumento de mobilização social por um projeto anti-imperialista e anti-capitalista**.

A DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES É INCOMPATÍVEL COM ESSE GOVERNO

O governo Lula está aprofundando o modelo neoliberal iniciado por Collor e FHC. E esta não é uma conclusão apenas do PSTU. É o que pensam uma boa parte do funcionalismo público e parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora.

O corte no orçamento e o superávit histórico conseguido nas contas do governo não estão a serviço de promover investimentos na saúde, educação e criação de empregos. Estão indo para o pagamento da dívida externa.

O governo, enquanto "estende a mão" para as grandes empresas que sonegam a Previdência, ladrões que deveriam estar na cadeia e ter seus bens confiscados pelo Estado, ataca conquistas dos trabalhadores. O governo Lula e o PT fizeram uma opção política de governar para os grandes capitalistas e por colocar-se ao serviço do imperialismo

As reformas do governo Lula são exigências do FMI que preparam a entrada do Brasil na Alca, se estabelecem no marco das negociações com os EUA e aparecem como iniciativa do governo, mas na verdade foram cozinhadas em Washington. Por isso, depois da reforma da Previdência virá a reforma trabalhista exigida pelo FMI e que FHC não conseguiu realizar até o final.

A reforma da Previdência significa um retrocesso histórico para os trabalhadores e é parte de um projeto de governo que mantém intactos os interesses da burguesia e aprofunda a dominação imperialista sobre o Brasil.

Nestas circunstâncias todos sabemos que a vida do povo trabalhador vai piorar sob o governo do PT e de Lula. Os que não querem formar parte deste estelionato eleitoral e defendem um projeto de transformação social que garanta uma vida digna para o povo trabalhador não têm outro caminho a não ser a ruptura consciente com o PT e com o governo.

QUEREMOS FAZER UM CHAMADO A VOCÊS E A TODOS OS MILITANTES PETISTAS QUE SE MANTÊM NA DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES: ROMPAM COM O PT E COM O GOVERNO LULA.

O método da "punição preventiva" inaugurado pela executiva do PT é a expressão do que a realidade há muito tempo ditava: a impossibilidade de mudar o PT por dentro e, por conseqüência, os rumos do governo Lula.

Se antes da conquista do governo os companheiros que compõe a esquerda do PT alimentavam esta possibilidade, devem agora tirar conclusões. Não estão enfrentando a direção do um partido com uma política equivocada. Estão diante de um partido que é parte da máquina de um Estado voltado a garantir os interesses dos poderosos e que não

titubeará em demostrar aos grandes empresários e ao FMI a seriedade de seus compromissos.

Diante desta constatação **nem o governo Lula nem o PT estão em disputa**. Não há qualquer possibilidade de que a pressão interna demova o governo do projeto que foi construído com seus parceiros do grande capital. Não há a mais remota chance de construir uma "nova maioria" ou de mudar o PT. A rigor, não é possível hoje manter-se socialista e fiel aos interesses da classe trabalhadora por dentro do PT.

Por isso tudo, é chegada a hora de romper definitivamente com o governo, com o PT e construir um novo partido. Na verdade, já começamos a passar da hora de unir a esquerda socialista e os movimentos sociais num novo partido.

UM CHAMADO AOS COMPANHEIROS BABÁ, HELOÍSA E LUCIANA

A falência do PT exige e coloca cada vez mais na ordem do dia a necessidade imperiosa de unir a esquerda socialista em um projeto revolucionário, pois esta necessidade brota da incapacidade mesma do sistema de acabar com a fome e garantir emprego, saúde, moradia e terra; enfim, uma vida digna para o povo trabalhador.

O que demostrou sua inviabilidade é a conciliação dos interesses dos trabalhadores com os da burguesia. No final, acabaram prevalecendo os interesses da burguesia.

Por isso, queremos dizer aos companheiros Babá, Luciana e Heloísa Helena que podem contar conosco na luta contra essa Reforma do FMI e com a nossa solidariedade contra a perseguição que estão sofrendo. Temos certeza de que se mantiverem firmes, terão também o apoio de todos os lutadores, que estarão nas ruas para derrotar esse projeto do FMI.

Mas queremos também fazer um chamado a vocês e a todos os militantes petistas que se mantêm de forma intransigente na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores: rompam com o PT e com o governo Lula.

Vamos lutar juntos para construir um novo partido, que una todos os socialistas, lutadores e ativistas dos movimentos sociais e se constitua como oposição de esquerda a esse governo. Um novo partido de luta, de classe, de massas, revolucionários e socialista.

OS FUNDOS DE PENSÃO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

PROFESSORES DA UFRJ ANALISAM A "CONTRA-REFORMA" DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE LULA, QUE SEGUE AS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL

SARA GRANEMANN E JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA,
Especial para o Opinião Socialista

A Previdência Social e as propostas de "contra-reforma" apresentadas pelo Governo Lula não se constituem em propostas originais. Diferenciamos reforma de contra-reforma porque a primeira pode operar de modo progressista ao aumentar e estender direitos de uma dada categoria para a totalidade dos trabalhadores, enquanto a segunda persegue a meta contrária: reduzir direitos pela via da regressão das relações sociais entre capital e trabalho a momentos já superados do desenvolvimento do capitalismo.

As sucessivas propostas de "contra-reforma" da Previdência Social seguem rigorosamente as recomendações do Banco Mundial, sintetizadas no documento ***"Prevenir a crise do envelhecimento: políticas para proteger as pessoas idosas e promover o crescimento"***, de 1994. O documento orientador das contra-reformas garante a abertura de um enorme e razoavelmente novo espaço de acumulação capitalista, ao desarticular os sistemas públicos de Seguridade Social[1] em geral, e de Previdência Social em particular, para dar à Previdência Complementar (privada) espaços de crescimento que não poderiam existir, senão pela redução dos valores dos benefícios do sistema público e por solidariedade.

A Previdência Complementar funciona por meio de duas modalidades: a **Aberta** (os planos oferecidos pelos Bancos e pelas Seguradoras) e a **Fechada** (planos de uma categoria profissional, de uma empresa ou conjunto de empresas, chamado Fundo de Pensão).

O espaço para o crescimento da previdência complementar se faz pelo rebaixamento do teto dos benefícios da previdência pública. Quanto menor for este teto, e menores os benefícios para a população, maior será o número de trabalhadores que terá de recorrer aos planos de previdência privada, na arriscada tentativa de complementação de suas aposentadorias.

O diagnóstico e a receita do Banco Mundial

O Banco Mundial apresenta as propostas de contra-reforma e seu diagnóstico sobre a inviabilidade de sistemas previdenciários públicos, universais e por repartição, a partir de três pontos:

1) "Um grave problema demográfico"

O Banco vê com "muita preocupação" a queda da taxa de natalidade e o crescimento da população idosa – acima de 60 anos – no mundo. Sua previsão toma o ano de 2030 como o ano da "catástrofe": o mundo terá cerca de 1 bilhão e 400 milhões de idosos. Para ele, os recursos dos assalariados devem subvencionar as necessidades dos idosos e como o número de assalariados é cada vez menor, a alternativa sugerida é o corte de direitos.

Problemas no argumento do Banco Mundial: A longevidade humana não pode ser compreendida como um problema. Poder viver mais do que há alguns séculos atrás é uma conquista. Ademais, a produção de riquezas jamais foi tão intensa e monumental como o é em nossa época. A proteção previdenciária só está em questão porque a lucratividade do capital, produzida pelos trabalhadores, não é dividida entre os próprios trabalhadores.

> O ESPAÇO PARA O CRESCIMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR SE FAZ PELO REBAIXAMENTO DO TETO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

2) Falência de numerosos sistemas públicos de aposentadorias

O documento do Banco toma como exemplo para constatar a inviabilidade dos sistemas públicos as falências dos sistemas da Zâmbia e Venezuela.

Problemas no argumento do Banco Mundial: O Banco deveria indicar aos seus leitores as contribuições dadas por ele mesmo para que as economias destes países desenvolvessem os graves problemas que apresentam. De igual modo, poderia mencionar países como o Chile e Argentina que, ao seguirem sua receita e realizarem as contra-reformas nos sistemas de pensão, tiveram como resultado graves crises econômicas e sociais. Não deveria omitir também a catástrofe do sistema de aposentadorias por capitalização.

> ESTIMA-SE QUE O MERCADO FINANCEIRO SE APROPRIARÁ DE CERCA DE R$ 670 BILHÕES ATÉ 2010

3) Os regimes públicos "favorecem os ricos em detrimento dos pobres"

O Banco diz que existem distorções no pagamento dos benefícios previdenciários porque os trabalhadores mais pobres sustentam as aposentadorias dos "trabalhadores mais ricos" na previdência pública.

Problemas no argumento do Banco Mundial: Por quê, diante dessa tal situação de injustiça, o Banco não propõe em seus documentos a elevação dos pisos mínimos de benefícios previdenciários? A saída para a justiça social nunca poderá ser a de reduzir a aposentadoria de todos os trabalhadores ao piso mínimo e a um teto absolutamente rebaixado como é o caso dos valores em vigência no Regime Geral da Previdência Social. Ao conjunto dos trabalhadores, somente pode interessar uma reforma na qual os direitos conquistados por algumas categorias – como a dos servidores públicos – sejam estendidos para todos os trabalhadores do país. Com a contra-reforma, o que se busca não é a resolução de uma injustiça, mas opor trabalhadores da iniciativa privada aos trabalhadores do serviço público para mais uma vez cassar direitos e impedir a unidade de todos na luta contra o capitalismo.

Tais propostas têm dois objetivos: 1) estender a situação de injustiça previdenciária para todos os trabalhadores e taxar os do serviço público (ativos, aposentados e pensionistas) de 'privilegiados' para os distanciar dos demais 2) Ao fomentar este clima contra os trabalhadores do serviço público, apresenta-se a "solução" para os problemas previdenciários: a Previdência Complementar.

O segredo dos ataques à Previdência Social e aos servidores públicos, revela-se na necessidade do modo capitalista de produção de encontrar novos montantes de capital para o financiamento de sua acumulação em mais um de seus momentos de crise.

A privatização via Fundos de Pensão

A privatização da Previdência reveste-se de conteúdo e interesse diferenciados das demais privatizações. Os recursos previdenciários mobilizados pelos fundos de pensão se formam com surpreendente rapidez e são contínua e crescentemente renovados.

Com a privatização da Previdência estima-se que o mercado financeiro se apropriará de cerca de R$ 670 bilhões até 2.010.

O regime de capitalização é uma poupança individual, cuja aplicação do dinheiro é controlada pelo sistema financeiro, através de corretoras ligadas aos bancos que operam no mercado de capitais. Ela é praticamente toda investida no mercado de ações (Bolsa de Valores) ou em títulos do governo. Esta, por exemplo, é a situação atual da PREVI (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) que tem 58% de seus ativos investido em ações. Em 2002 os Bancos Bilbao Viscaya e Santander controlavam cerca de 60% do mercado de fundos privados na América Latina.

A Previdência Social, Pública e Solidária não tem risco de quebrar. Pois tudo o que é arrecadado é imediatamente distribuído (regime de repartição simples) para as aposentadorias da geração que já trabalhou (solidariedade entre gerações).

Já as aposentadorias contratadas com Fundos de Pensão ficarão sempre ao sabor do que ocorra no mercado financeiro, dominado pela especulação.

No Chile mais de 70% de tais Fundos faliram. Nos EUA e Inglaterra muitos deles estão em quebra e empresas como a Enron nos dão forte exemplo: a previdência dos trabalhadores não deve estar presa aos rodopios das bolsas de valores. Só nos EUA 470 mil trabalhadores já perderam suas aposentadorias.

[1] O Artigo 194 da Constituição define que "a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

Fundos operam a serviço da exploração

Mas além de operarem prioritariamente como capitais especulativos, os fundos de pensão aprofundam dramaticamente a alienação do trabalho quando querem os sindicatos (e os sindicalistas) empenhados na gestão deste negócio capitalista.

Ao contrário de "gerar empregos" e "crescimento econômico", estes Fundos operam no sentido da superexploração do trabalho. Sua rentabilidade está ligada à valorização das ações e, portanto, à maior lucratividade das empresas. Por isso, os Fundos que ajudaram nas privatizações e tornaram-se sócios de empresas como a Embraer, Usiminas, Vale do Rio Doce e outras apoiaram o arrocho salarial e as demissões ali ocorridas, como fez a Previ na Embraer. Eles querem também que seus segurados trabalhem mais tempo e ganhem menos quando se aposentarem. Por isso buscam trocar o regime de benefício definido pelo de contribuição definida, um sistema no qual o trabalhador não sabe com quanto vai se aposentar e vai depender das condições de mercado na época da aposentadoria.

A possibilidade de os sindicatos instituírem fundos de pensão, já legalmente aprovada no Brasil, indica o enraizamento de idéias capitalistas no seio das organizações dos trabalhadores e entre seus dirigentes.

Para os trabalhadores, a Previdência e as demais políticas sociais integrantes da Seguridade Social não podem ser trocadas por formas de previdência privada e seguros individuais.

Os argumentos para justificar a superexploração do trabalho têm sido alardeados como a salvação da economia brasileira: a formação da poupança interna. Ao denominarmos poupança os capitais formados pelos fundos de pensão, também devemos indicar que ela se prestará às exigências do capital e, sobretudo, às do capital especulativo.

As propostas do governo Lula aprofundam a contra-reforma da Previdência iniciada por FHC. E, numa evidente manobra para tentar diminuir as críticas dos servidores ao seu projeto, o governo propõe que estes fundos de pensão sejam administrados em parceria pelos servidores e pelos governos.

FUNDOS DE PENSÃO PÚBLICOS, UMA CONTRADIÇÃO NOS TERMOS

Com assombro, para dizer o mínimo, temos assistido a apresentação de "alternativas" que aparecem no debate propondo a construção de um "**fundo de pensão público**". A entrega de capitais estatais ou a renúncia de atuação em espaços outrora considerados típicos do Estado são formas diversas de um mesmo processo: o de redução do Estado e de privatização dos recursos públicos que alguns estudiosos chamam de projeto neoliberal. A instituição de Previdência Complementar ajusta-se com perfeição à lógica do capital de apropriar-se de novos espaços da vida social e das relações humanas e transformá-los em mercadorias. Os fundos de pensão pretendem substituir os princípios de solidariedade, consciência e pertencimento de classe por aplicações rentáveis ao capital especulativo. O atual estágio de desenvolvimento capitalista apresenta uma particularidade nova, na qual o capital-dinheiro mobilizado pelos fundos de pensão é articulado como 'saída' para enfrentar a crise do capitalismo e como mecanismo privilegiado da acumulação capitalista. Tal particularidade tem sido chamada "capitalismo dos fundos de pensão". Essa lógica não pode ser confundida como uma alternativa ao desmonte da Previdência Social, por algumas razões:

1) No uso corrente da língua portuguesa o adjetivo ***público*** apresenta alguns esclarecimentos: ***"a) - Do, ou relativo, ou pertencente ou destinado ao povo, à coletividade. b) – Que é do uso de todos; comum. c) – Aberto a quaisquer pessoas"***. Então, não pode ser público aquilo que se refere a uma categoria profissional. Uma categoria não pode ser confundida com o povo todo. Dizer que um fundo de pensão de uma categoria pode ser público é, no mínimo, expressar uma contradição nos termos.

2) O que torna pública a previdência são, sobretudo, o princípio de inclusão no qual ela se referencia e o sistema que regula a distribuição de seus benefícios. Ao operar por repartição, as políticas previdenciárias resgatam a noção de solidariedade de classe e a compreensão de que toda a riqueza do país é gerada pelos trabalhadores. A capitalização rompe com estes princípios e entrega os recursos construídos pelo trabalho para a utilização do capital que, somente pela exploração dos trabalhadores poderá fazer estes recursos multiplicarem-se.

3) O que torna público um recurso não é a sua administração, mas a sua constituição, a sua natureza. Não poderá ser público um recurso que se forma pela especulação com os títulos públicos. Os recursos oriundos das aplicações dos fundos de pensão terão maior lucratividade se o endividamento público pagar taxas de juros mais elevadas e se as ações privadas alcançarem maior lucratividade. Aprendemos com Marx que o que define um capitalista é como ele ganha o seu capital e não como ele o gasta. A mesma lógica se aplica aos fundos de pensão: pagar aposentadorias e tê-las sob o gerenciamento do Estado ou de sindicalistas não as fará públicas se os seus ganhos forem obtidos na estrita observação das regras do capital, porque assim esta riqueza somente poderá formar-se pela extração de mais-valia e por potencializar a exploração do trabalho.

Também neste caso não se pode servir a dois senhores; isto é, a previdência dos servidores públicos do país não poderá ser pública e privada simultaneamente, ou pública na administração e privada na formação de capitais. Também aqui os arranjos nominativos expressam o desejo de uns de minar a resistência de outros, através da reposição do velho sob a aparência do novo ■

Sara é professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e José Miguel é professor da Escola de Engenharia da UFRJ. Ambos são membros dos Grupos de Trabalho em Seguridade Social da Adufrj-SSind e do Andes-SN.

PLENÁRIA VOTA CALENDÁRIO DE LUTA E APONTA A GREVE DO FUNCIONALISMO

A PLENÁRIA NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECLAROU GUERRA À REFORMA E VOTOU UM CALENDÁRIO QUE DEVE UNIR AS TRÊS ESFERAS DO FUNCIONALISMO NESSA LUTA

ROGÉRIO MARZOLLA,
da Direção Nacional da Fasubra

No último dia 9, a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPFs) contou com 315 delegados e 43 observadores. Muito representativa e radicalizada, a plenária transpirava revolta com a proposta de reforma da Previdência do governo Lula. O sentimento de indignação e o clima de luta levaram a base a questionar os setores vacilantes da direção e a aprovar resoluções que apontam para a possibilidade de que se construa a maior mobilização nacional do funcionalismo.

RADICALIZAÇÃO NA BASE E SETORES VACILANTES NA DIREÇÃO

Se a indignação é geral, no que toca à ação e mobilização, ainda há desigualdades, em função, sobretudo, do papel que cumprem certos setores dirigentes. As categorias mais mobilizadas são as da Educação: professores e funcionários das universidades e escolas técnicas (Andes, Fasubra e Sinasefe).

Estas desigualdades na mobilização poderão ser superadas com a campanha ganhando as ruas e com o calendário unificado. Embora setores da direção nacional do funcionalismo atuem como um obstáculo.

Várias plenárias setoriais – realizadas antes da nacional – expressaram tanto a desigualdade como essa contradição entre a direção e a base. A da Fasubra, por exemplo, foi muito representativa, com 94 delegados e 37 entidades. Além disso, aprovou todo o calendário que posteriormente seria votado na plenária nacional e a instalação do comando nacional de mobilização, composto pela base, no dia 08 de junho, um dia após o término do CONCUT. A data de 15 de junho, limite para que o MEC encaminhe ao Congresso Nacional o plano de carreira da Fasubra, foi aprovada como indicativo para deflagração da greve.

Tais resoluções foram possíveis devido ao recuo da corrente majoritária na direção da entidade. A *Tribo* foi obrigada a realizar três plenárias internas, por encontrar-se dividida. Um setor concordava com as propostas de luta do **MTS** (Movimento por uma Tendência Socialista), outro tentava alentar ilusões nas "negociações" e impor uma postura que não fosse de confronto com o governo. Ao final, a *Tribo* chegou dividida à plenária, e o setor desmobilizador a todo instante fazia um discurso e apresentava argumentos em favor da divisão e desmobilização do funcionalismo, do tipo "tem setores que já tiveram aumento e estamos lutando por eles" ou "tem gente na mesa de negociações pelo movimento que ganha até R$ 7 mil". Apesar disso, preferiu recuar e aceitou o calendário proposto pelo **MTS**.

CALENDÁRIO

14 E 15 DE MAIO
Paralisação dos servidores federais por 48h, com atos.

DE 23 A 29 DE MAIO
Atos em PE, MG e RS.

03 DE JUNHO
Ato dos servidores públicos no CONCUT, em São Paulo, e Plenária Nacional dos Servidores Federais.

11 DE JUNHO
Marcha a Brasília e Ato Nacional Contra a Reforma. (Aprovada também pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

10 A 13 DE JUNHO
Caravana e acampamento em Brasília, promovido pela Condsef, com apoio das demais entidades.

12 DE JUNHO
Indicativo para seminário das três esferas sobre reforma da Previdência, em Brasília.

13 DE JUNHO
Plenárias setoriais.

14 DE JUNHO
Plenária Nacional dos Servidores Federais.

SEGUNDA QUINZENA DE JUNHO
Indicativo de greve nacional dos servidores federais.

CAMPANHA

A plenária aprovou uma campanha contra a reforma, com uma cartilha e um jornal. Quase todas as entidades estão propondo uma contribuição extra da categoria de 1% (o miserável 1% que o governo deu de reposição) para uma campanha de mídia contrária à do governo.

Na Seguridade, o ritmo está mais lento. Mesmo aprovando o calendário, a plenária da Fenasps foi menor que a da Fasubra e muitos estados não debateram a paralisação de 14 e 15.

A Unafisco (entidade nacional dos fiscais da Receita) estará realizando paralisações ao longo do mês. Mas a direção nacional da entidade – ligada à *Articulação* – tem uma posição recuada, de construir emendas a essa reforma. Lúcia Reis, da *Articulação* e da Executiva da CUT, também defendeu na reunião do CNESF que se construíssem emendas à reforma. Mas na Plenária Nacional não ousaram defender tal coisa. O **MTS**, de todo modo, apontou o grave erro que seria essa linha de emendar a reforma do FMI.

No calendário, destacam-se a manutenção da paralisação de 14 e 15 de maio, o indicativo de greve nacional para a segunda quinzena de junho e a marcha sobre Brasília contra esta reforma para 11/6, com a CNTE.

AS POLÊMICAS

Na plenária unificada houve polêmica em dois temas. O primeiro foi se, nos dias 14 e 15, todos os federais parariam ou se apenas Seguridade e Educação. A direção da Condsef e a da Fenajufe defenderam greve só para estes setores e perderam.

A segunda polêmica foi sobre a proposta da realização de uma plenária nacional e de um ato durante o CONCUT, em São Paulo. A *Articulação* foi contra, argumentando "plenarismo". Na verdade, sua posição era de que não houvesse ato no CONCUT e sim uma reunião com a direção da CUT. Agnaldo Fernandes, do **MTS** e do **PSTU**, defendeu o ato, argumentando que o funcionalismo tem uma tarefa a cumprir no CONCUT: "*Temos que mudar os rumos da central, que não pode ser governista e precisa se colocar efetivamente contra a reforma, e não apoiá-la, como vem fazendo a Articulação*". O representante da corrente *O Trabalho* ficou histérico com o ataque de Agnaldo à *Articulação*, pediu novas defesas e tentou impedir a votação. O grau de submissão foi patético e abriu uma crise tremenda na tese "Fortalecer a CUT". A plenária e o ato foram aprovados. ■

BANCÁRIOS

Campanha salarial de emergência exige 15% de reposição

A Executiva Nacional dos Bancários deu a partida na Campanha Salarial de Emergência, exigindo uma reposição de 15% nos salários. O índice é para recuperar as perdas com a inflação acumuladas no período de setembro de 2002 a abril de 2003.

Essa campanha é importante porque os salários dos bancários vêm sendo corroídos pelo aumento dos gastos com alimentação, educação, transporte, entre outros.

Se os bancários estão vivendo com dificuldades, os banqueiros estão nadando na grana. Neste trimestre, os bancos privados tiveram lucros astronômicos. O Itaú, por exemplo, lucrou R$ 714 milhões. E ainda falam em aumentar a jornada de trabalho dos bancários. Caras de pau!!!

Vamos colocar a nossa campanha na rua! 15% já!

(Wilson Aparecido)

PARÁ

Prefeitura de Belém agride trabalhadores no 1º de Maio

Na manifestação do 1º de Maio em Belém, os agentes de saúde expressaram a sua insatisfação contra o prefeito Edmilson Rodrigues (PT), que cortou de forma arbitrária a gratificação dos trabalhadores. E como resposta, eles foram reprimidos por militantes do PT.

As agressões começaram logo no início da manifestação. Quando os trabalhadores estenderam sua faixa com os dizeres "Prefeito que papelão, retirar na 'força' nossa produção", sofreram uma tentativa de agressão por parte de militantes da corrente *Força Socialista*. E no final do ato, quando o **PSTU** foi se solidarizar com os trabalhadores, esses militantes da *Força* tentaram agredir e expulsar o partido da manifestação.

Nós do **PSTU** repudiamos essa agressão e pedimos solidariedade a todas as organizações do movimento operário, popular e estudantil, no sentido de garantir o direito à manifestação de todas as correntes de nossa classe. Além disso, compreendemos que se trata de garantir o direito de um setor da classe trabalhadora de se manifestar publicamente contra o governo, ainda que seja um governo do PT. **(Concha)**

Opinião socialista
PSTU
Suplemento Especial
REFORMA DA PREVIDÊNCIA
PARTE INTEGRANTE DO OS 150, PUBLICAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

RETROCESSO HISTÓRICO

PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE LULA É IGUAL À DE FHC: SEGUE O MODELO DO BANCO MUNDIAL E É EXIGÊNCIA DO FMI

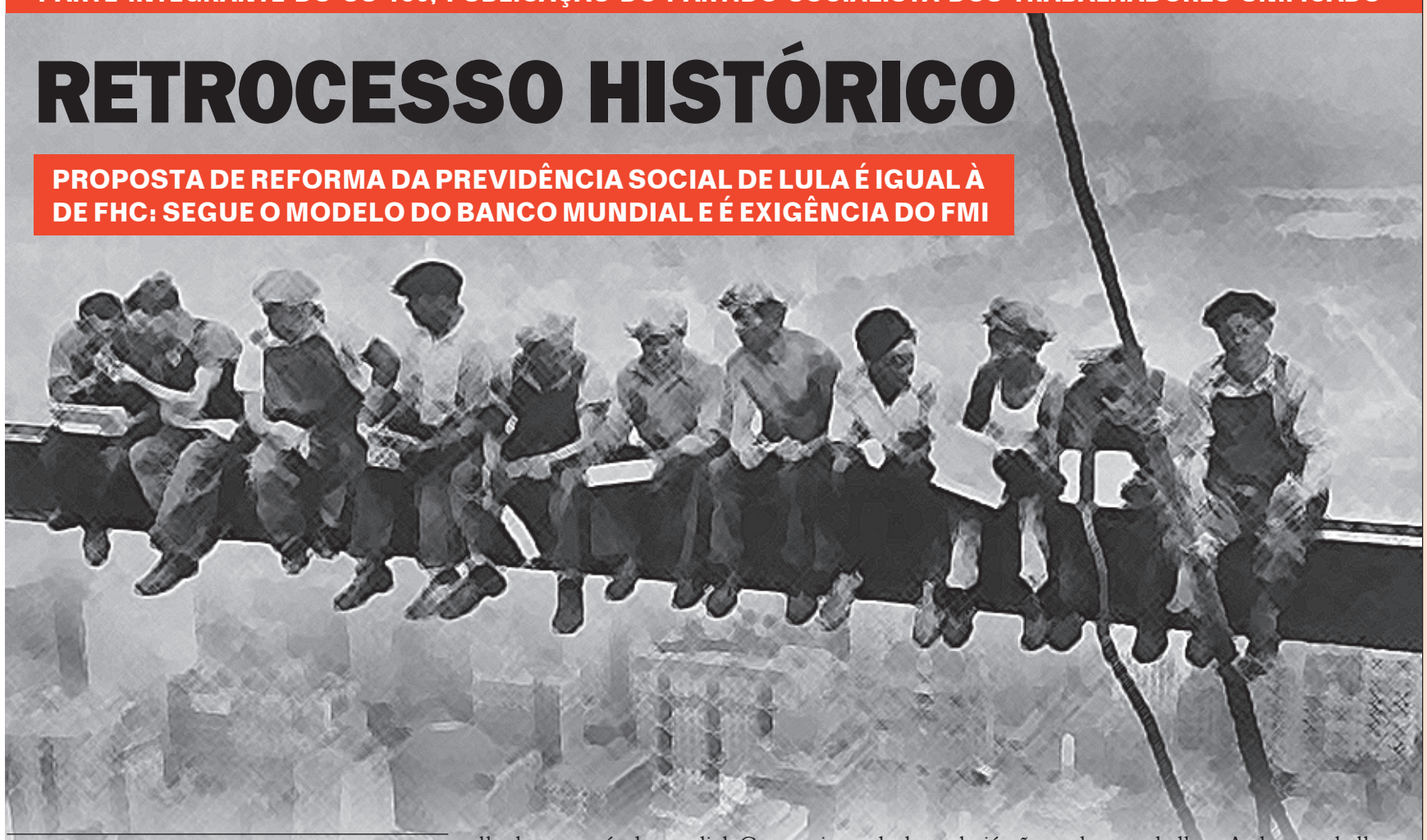

Foto Lunch on a Skyscraper, de 1932.

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

A proposta de "Reforma da Previdência" apresentada pelo governo Lula para ser votada no Congresso Nacional, se aprovada, significará a privatização da Previdência Social pública e a maior transferência de recursos públicos da história do país para o sistema financeiro.

Essa "reforma", igual à de FHC, baseia-se numa receita do Banco Mundial e é uma exigência do acordo com o FMI. Visa garantir mais dinheiro para o pagamento dos juros da dívida externa e interna e instituir uma Previdência privada: um "mercado previdenciário" a ser explorado pelos bancos, que deve chegar a R$ 670 bilhões em 2010 e de imediato transferirá a eles mais de R$ 50 bi.

Os verdadeiros privilegiados deste país – banqueiros e grandes empresários (sonegadores e ladrões da Previdência) – serão os grandes beneficiários desta reforma. Os prejudicados serão os trabalhadores.

Ao contrário do que diz o governo e a mídia, tal reforma não é "progressista" e menos ainda um ato de justiça social em busca de maior igualdade. Na verdade, se insere na ofensiva mundial dos capitalistas para retirar os direitos conquistados pela classe trabalhadora em mais de um século de lutas.

Uma reforma que estendesse e ampliasse direitos para todos os trabalhadores seria bem vinda. Mas esta faz o oposto. Ao invés de direitos para todos os trabalhadores, o lema do FMI é todos sem direitos.

Uma conquista de mais de um século de lutas

A história da Previdência Social se confunde com a história de luta da classe trabalhadora em nível mundial. Como a jornada de 8 horas e outros direitos, a Previdência foi uma conquista histórica, arrancada com muita luta, suor e sangue da classe trabalhadora.

A fúria do FMI, do Banco Mundial e de todos os capitalistas para acabar com a Previdência pública, em regime de repartição e solidária, visa fazer retroceder as condições de vida da classe trabalhadora aos patamares de exploração do século XIX. Como diz o livro "*Em Defesa de nossa Previdência*", de Serge Goulart: "*As origens históricas dos regimes de Seguridade Social são as Caixas coletivas dos operários, dos primeiros sindicatos. Ela existe, hoje, porque a classe trabalhadora lutou por sua própria preservação como classe por mais de um século e meio. A coleta feita para salvar a vida de um, para mitigar o sofrimento de uma viúva e seus filhos, para garantir a comida e o teto para aquele que não tinha mais forças, esta é a origem da Seguridade Social. Com os sindicatos organizados esta ação solidária de classe se estendeu, com os grandes partidos da classe trabalhadora ela se transformou em reivindicação social e política. E finalmente foi inscrita a ferro e fogo nas leis. A sua marca é a marca da luta da classe trabalhadora que para se defender só pode faze-lo coletivamente, e que defendendo a própria existência defende, de fato, a existência de toda a civilização humana.*"

> AO CONTRÁRIO DO QUE DIZ O GOVERNO E A MÍDIA, TAL REFORMA NÃO É "PROGRESSISTA"

No início do capitalismo, os trabalhadores cumpriam jornadas de trabalho de até 18 horas, não possuiam qualquer forma de proteção ao desemprego, aos acidentes de trabalho, à saúde e à aposentadoria. Os patrões recomendavam que cada trabalhador individualmente guardasse parte dos seus míseros salários para o caso de acidentes, doenças, desemprego e para quando já não pudesse trabalhar. A classe trabalhadora foi percebendo com o passar do tempo que era absolutamente impossível resolver individualmente os enormes problemas que as precárias condições de vida e de trabalho impunham a todos os trabalhadores. Foi assim que os operários tomaram consciência da importância de construir organizações para lutar contra a exploração dos capitalistas.

Em 1871, na França, aconteceu um grande movimento dos trabalhadores chamado "Comuna de Paris". Os trabalhadores tomaram o poder e governaram por dois meses a capital. Apesar de derrotada, essa luta tornou-se um referencial para os trabalhadores da Europa e de todo o mundo.

Foi devido a essa luta, que , na Alemanha, na década seguinte – mais ou menos em 1880 -, o governo tratou de elaborar as primeiras iniciativas de proteção ao trabalho, para que os trabalhadores alemães não se rebelassem, como os da França. Foi aí, na Alemanha de Bismark, que surgiram as primeiras iniciativas de Seguridade Social: aposentadoria, seguro saúde e proteção aos acidentes de trabalho.

De volta ao século XIX

Na TV, a propaganda do governo compara essa contra-reforma à libertação dos escravos e diz que quem se opõe a ela é "conservador", como aqueles que se opunham à abolição da escravatura.

Nada mais falso. Conservadora e reacionária é a proposta do FMI e dos banqueiros que o governo Lula e o PT passaram a defender.

É uma ironia da história que, na aurora do século XXI, seja um partido que nasceu do seio da classe trabalhadora a pilotar um projeto do imperialismo e da burguesia, que visa fazer a classe trabalhadora retroceder ao século XIX em termos de direitos sociais e trabalhistas. ■

A VERDADE SOB
E 10 MOTIVOS P

ESTÃO MENTINDO PRA VOCÊ. QUE DEMOCRACIA É ESSA?

A proposta de reforma apresentada pelo governo Lula, via o Projeto de Emenda Constitucional 40/03 (PEC 40/03), trata de privatizar a previdência pública, acabando com a aposentadoria integral dos servidores públicos, para forçá-los a aderirem a um plano de Previdência complementar privada.

Com isso querem acabar com a Previdência Estatal, por repartição, solidária e universal, para instituir uma Previdência por capitalização e individual.

A Previdência sempre foi concebida como uma política social que integra (com a saúde e a assistência social) a Seguridade Social. Ela se fundamenta na solidariedade de classe e entre gerações. As gerações presentes pagam a aposentadoria dos que se aposentaram, as contribuições previdenciárias e as verbas da Seguridade (bancadas pelo empregador, na proporção de 2x1 para o empregado, mais impostos voltados para Seguridade) devem ser pagas de acordo com as possibilidades de cada um, quem pode mais, paga mais; e repartidas para todos (universalização). É este princípio que garante, por exemplo, que nove milhões de trabalhadores rurais tenham direito à aposentadoria, apesar de não terem podido contribuir sempre para a Previdência.

Com a Previdência privada, a lógica é "pagou, tem direito" e – como no mercado – exclui-se quem não pode pagar.

Ao transferir e empurrar para os bancos e seguradoras os trabalhadores que ganham um salário um pouco melhor, o governo vai rebaixar ainda mais a aposentadoria do INSS e jogar mais trabalhadores na informalidade.

A quem interessa acabar com o modelo de solidariedade, para instituir o modelo capitalista, senão aos banqueiros e grandes capitalistas? A quem interessa que a Previdência deixe de ser uma política e conquista social para se converter num negócio?

A "reforma" tem sido diariamente tratada nos noticiários e na propaganda do governo como a solução para os males da economia do país, e a Previdência é apresentada como a grande vilã das contas do governo. A população tem sido bombardeada com números mentirosos, que apregoam um "déficit" monumental na Previdência e a iminência de falência do sistema, quando, na verdade, a Previdência é superavitária.

> O GOVERNO VAI REBAIXAR AINDA MAIS A APOSENTADORIA DO INSS

Os trabalhadores do serviço público, por sua vez, têm sido chamados de "privilegiados", com o evidente intuito de dividir os trabalhadores brasileiros, jogando os do setor privado contra os do setor público. Por que tanta mentira?

É que o FMI, o Banco Mundial e o governo Lula querem privatizar a Previdência a toque de caixa, sem nenhuma discussão. Quando era oposição, Lula e o PT ajudaram a derrotar essa mesma reforma que estão defendendo hoje. Na época, eles diziam que uma mudança desse porte na Constituição exigia uma Assembléia Constituinte.

Hoje, copiam FHC na proposta de reforma e na total falta de democracia.

A FARSA DO 'DÉFICIT'

1

O governo e a mídia manipulam os números e dizem que a Previdência está à beira da falência. A verdade é que a Seguridade Social é superavitária.

Acontece que eles contabilizam todas as despesas da Seguridade Social, porém não incluem nas suas contas todas as receitas que, constitucionalmente, deveriam ser destinadas à Seguridade. Isso porque eles vêm desviando todos os anos cerca de R$ 30 bilhões destas verbas para pagar juros aos banqueiros.

CONSIDERANDO O GASTO COM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES, O SUPERÁVIT É DE R$ 22 BI

RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL (em R$ milhões) – 2002

TOTAL DE RECEITAS EXCLUSIVAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	**171.906,00**
CONTRIBUIÇÕES	**170.065,00**
Contribuição previdenciária INSS	70.921,40
Cofins	51.030,60
CPMF	20.264,70
PIS/PASEP	12.590,20
CSLL	12.457,80
Contribuições correção do FGTS	1.425,80
Outras contribuições sociais	1.374,70
RECEITAS PRÓPRIAS	**1.840,0**
DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	**123.115,1**
SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE	**48.790,9**

ATAQUE À APOSENTADORIA ESPECIAL DOS PROFESSORES

2

A reforma eleva a idade mínima para a aposentadoria. Essa medida atinge todos, mas especialmente professores (as) do ensino médio e fundamental que tinham direito à aposentadoria especial por tempo de contribuição: 25 anos (mulheres); 30 (homens). FHC, em 1998, acabou com a aposentadoria por tempo de serviço e instituiu por tempo de contribuição, impôs uma regra de transição para quem tinha ingressado no serviço público até 1998. Definia um pedágio de 20% sobre o tempo que restasse para a aposentadoria por tempo de serviço, desde que completados 48 anos (mulheres) e 53 (homens). Assim, uma professora que começou a trabalhar aos 20 anos e poderia aposentar-se aos 45, com FHC foi obrigada a trabalhar mais 3 anos. Agora, acaba-se com essa "transição" e veda-se a aposentadoria por tempo de serviço antes que completados 55 anos (mulheres) e 60 (homens). Essa mesma professora, com Lula, terá que trabalhar mais 7 anos.

3 APOSENTADORIA INTEGRAL NÃO É PRIVILÉGIO

A reforma acaba com o direito à aposentadoria integra funcionalismo e institui o teto do INSS. O governo alega esta é um "privilégio". Mas poder aposentar-se com o salário da ativa direito que todos os trabalhadores deveriam ter. A injustiça não est direito à aposentadoria integral do funcionalismo, está na não existe desse direito para os demais trabalhadores. É um absurdo que os idosos e aposentados - depois de toda uma vida de trabalho, quando se necessita de mais cuidados, de remédios etc - sejam relegados a uma vida indigna. O governo alega que para garantir esse direito dos servidores, ele estaria tirando verbas dos mais pobres. A verdade é que os servidores pagam muito caro por esse direito.

6 A ARMADILHA DO TETO

O governo elevou o teto do INSS para R$ 2.400 (10 salários mínimos). FHC também fez isso em 1998: instituiu um teto nominal de 10 mínimos e deixou a inflação fazer o resto: em apenas 4 anos o teto já estava em 6,5 mínimos. O trabalhador não terá nenhum benefício imediato, mas desembolsará mais dinheiro para o governo. Um teto maior seria bom, se um indexador garantisse seu valor real durante os anos. Mas é preciso aumentar o piso e também garantir seu valor real. A verdade é que em 1994 pouco mais de 30% dos aposentados recebiam um salário mínimo, e hoje quase 70% recebem apenas esse valor.

IMPACTO DO TETO PARA CONTRIBUINTES DO INSS

7

levando
à aposen
cursos, i
responsá

8

9

rias",
reforma
marajás

10

foram i

BRE A REFORMA PARA DIZER NÃO

al do
a que
é um
tá no
ência

4 DIMINUI O VALOR DOS BENEFÍCIOS PARA OS QUE SE APOSENTAREM ANTES DA NOVA IDADE MÍNIMA

Se um servidor não tiver completado a nova idade mínima estipulada, mas tiver atingido o tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 anos para os homens), ele pode aposentar-se, mas terá um redutor de 5% sobre os proventos por cada ano que falte para a idade mínima até o limite de 35%

5 TEMPO NA INICIATIVA PRIVADA DIMINUIRÁ APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO

O servidor não se aposentará mais pelo salário do serviço público se tiver trabalhado durante algum período na iniciativa privada. O valor da sua aposentadoria será proporcional, levando em conta o tempo no INSS e no setor público. Mesmo no setor privado, a regra para a aposentadoria leva em conta os últimos oito anos de trabalho do segurado e não toda a sua vida laboral.

ATAQUE À UNIVERSIDADE PÚBLICA E À PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Esse roubo ao direito à aposentadoria dos servidores está os professores universitários em idade de se aposentar a uma corrida tadoria, provocando à uma evasão de cérebros da Universidade. Há nclusive, parados por falta de professores. A Universidade Pública é vel por 90% de toda pesquisa existente no Brasil.

TAXAÇÃO DOS APOSENTADOS

Os aposentados serão taxados em 11% sobre a parte do salário que ultrapassar R$ 1.058,00.

TRABALHADOR DO SERVIÇO PÚBLICO NÃO É MARAJÁ

Desde Colllor que os governos falam das "aposentadorias milioná- de mais de R$ 50 mil, para atacar professores, enfermeiros etc. A a vai atingir seis milhões de servidores e não acabará com os 1% de s. Para cassá-los bastaria regulamentar o teto do serviço público.

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Quem quiser receber mais do que o teto, terá que aderir à Previdência privada, aos fundos de pensão. No final, quando for se aposentar o trabalhador pode acabar sem receber, pois, onde nstituídos, a maioria dos tais fundos faliram e deram calote.

OS VERDADEIROS VILÕES E PRIVILEGIADOS DESTE PAÍS

Enquanto procuram dividir os trabalhadores, taxando uns de "privilegiados", os verdadeiros privilegiados desse país são poupados e serão os beneficiados com a reforma. Os causadores do rombo nas contas públicas, que também arrombam os cofres da Previdência, são os banqueiros e grandes empresários.

Pagamentos de juros da dívida interna – União, Estados e Municípios

ANO	PIB (R$ milhões)	Arrecadação de tributos do governo (R$ milhões)	Juros Nominais (R$ milhões)	Particip. (%) dos juros na arrecadação	Particip. (%) dos juros no PIB	Juros pagos em dinheiro vivo **Superávit Primário** (R$ milhões)	Dívida Interna Federal
1995	658.141	187.403	48.750	26,01	7,41	1.723	118.490
1996	778.820	218.559	45.001	20,59	5,78	-740	176.210
1997	870.743	252.813	44.923	17,77	5,16	-8.310	255.500
1998	913.735	271.752	72.596	26,71	7,94	106	324.000
1999	960.858	308.915	127.245	41,19	13,24	31.087	415.000
2000	1.086.700	358.017	87.442	24,42	8,05	38.122	516.100
2001	1.184.000	406.865	105.625	25,96	8,92	43.655	624.100
2002	1.337.652	476.570	190.640	40,00	14,25	52.364	687.300
TOTAL	**7.790.649**	**2.480.894**	**722.222**	**29,11**	**9,27**	**158.007**	**-**

Fonte: *Banco Central e Receita Federal*

A dívida pública

A dívida pública (externa e interna), que não pára de crescer, já passou do R$ 1 trilhão e 200 bilhões! Os juros e parcelas desta dívida consomem mais de 60% do Orçamento do governo. O governo tira verbas do social e também da Previdência para pagar juros aos banqueiros e essa reforma visa garantir ainda mais dinheiro para eles: por isso é aplaudida pelos bancos.

Banqueiros não pagam impostos

Falam muito que o Estado não tem dinheiro, mas ao mesmo tempo os trabalhadores e a classe média pagam a cada dia mais impostos e não recebem os serviços públicos que precisam e merecem. Os servidores públicos estão há oito anos sem aumento de salário, o governo Lula quer dar 1% de reajuste neste ano e confiscar suas aposentadorias. Mas a questão é: quem tem financiado e quem tem se beneficiado do Estado? Os bancos têm recebido cada vez mais juros e pago cada vez menos impostos.

10 MAIORES BANCOS PRIVADOS BRASILEIROS: Variação Real dos principais Indicadores (em Reais de 2001)

Item	1994	2001	Variação 1994-2001
Lucro	R$ 3 bilhões	R$ 8,4 bilhões	**180%**
Patrim. Líquido	R$ 21,5 bilhões	R$ 36,6 bilhões	70%
Rentabilidade	14%	23%	64%
Impostos pagos	R$ 2,6 bilhões	R$ 1,29 bilhões	**- 50%**

Fonte: ABM Consulting

Os sonegadores e ladrões

A dívida de bancos e grandes empresas com a Previdência está na casa dos R$ 180 bilhões. 84% dessa dívida são de responsabilidade de 6% dos devedores, que devem mais de R$ 1 milhão.

! SONEGADORES E SUAS DÍVIDAS

INTEGRANTES DO CONSELHO DO LULA

CIA VALE DO RIO DOCE R$ 392.077.243
BANCO ITAU R$ 380.550.916
TELEFÔNICA R$ 291.053.234
SANTANDER/BANESPA R$ 162.060.653
BANCO BRADESCO R$ 103.572.302
CIA SUZANO DE PAPEL R$ 23.784.068
BANCO REAL R$ 15.871.101
SUCOCÍTRICO CUTRALE R$ 13.649.176
ALCOA R$ 10.433.577

MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO

SADIA R$ 71.853.412
(Ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan)

EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO

ZERO HORA R$ 14.881.798
GLOBO COMUNICACOES E PARTICIPACOES R$ 12.690.470
INFOGLOBO R$ 12.043.562
EDITORA TRÊS R$ 95.619.996
NET RIO R$ 16.992.991

OUTRAS EMPRESAS

MENDES JUNIOR R$ 355.213.686
UNIBANCO R$ 321.581.755
VOLKSWAGEM DO BRASIL R$ 147.710.660
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ R$ 144.566.454
MERCEDES BENZ DO BRASIL R$139.997.302

Lista completa dos devedores no site do PSTU (www.pstu.org.br)

A REFORMA QUE INTERESSA AOS TRABALHADORES É OUTRA

A reforma de lula e do FMI precisa ser derrotada. Pois, a reforma que interessa aos trabalhadores é aquela que estenda e amplie direitos para todos e não esta Reforma do FMI, que deixa todos sem direitos.

Uma reforma em favor dos trabalhadores, teria que começar pela revogação da Reforma de FHC e de sua Emenda Constitucional 20/98.

Ou seja, os trabalhadores do INSS – com o apoio dos servidores públicos e de todos os explorados – devem exigir a volta da aposentadoria especial e proporcional para trabalho insalubre ou penoso; o fim do fator previdenciário e a volta da aposentadoria por tempo de serviço.

Devemos defender um sistema único nivelado por cima, que estenda para todos o que for de mais positivo nos dois sistemas.

. aumento expressivo (100%)do piso da aposentadoria e também do salário mínimo, rumo ao do dieese e um indexador que garanta seu poder de compra.

Aposentadoria integral para todos, por tempo de serviço, mantendo-se os 35 anos para a aposentadoria integral e 30 para a especial.

. Aposentadoria especial para os professores e também para o trabalho penoso ou insalubre

.Valorização dos servidores e do serviço público, com salários e condições de trabalho dignos para os funcionários, estímulo e condições para que se preste um serviço público de qualidade para o povo.

. Cobrança da dívida e punição rigorosa para os sonegadores e ladrões da Previdência. Cadeia e confisco dos bens de mega-empresários e banqueiros que devem à Previdência.

Taxar a movimentação financeira, o lucro e o patrimônio dos grandes empresários e acabar com as isenções fiscais para empresários e supostas "entidades filantrópicas", como escolas e universidades privadas, que de filantrópicas não t~em nada.

. Fim dos desvios de verbas da Seguridade para pagamento da dívida externa e interna.

. Suspensão do pagamento da dívida, auditoria e ruptura do acordo com o FMI

.Por uma Previdência por repartição, baseada no princípio da solidariedade entre todos os trabalhadores das diferentes gerações, de modo que toda a força de trabalho – empregada ou não – tenha acesso à Seguridade e à riqueza construida pelos trablhadores.

TRABALHADOR UNIDO, JAMAIS SERÁ VENCIDO!

Todos os trabalhadores devem se unir contra essa reforma do FMI. Essa é uma luta de todos. Os servidores públicos precisam contar com a solidariedade e apoio de toda classe trabalhadora na luta que vão travar em defesa de seus direitos.

Muitos podem pensar que essa luta não lhes diz respeito, que é problema do funcionalismo. Quem pensa assim está enganado. Se derrotarem o funcionalismo, ficará mais difícil estender direitos para os demais trabalhadores. Pior, vão atacar em seguida as conquistas dos demais trabalhadores.

No acordo com o FMI em que consta essa "Reforma", consta também a exigência de reforma trabalhista: e o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, declarou na semana que passou, que pode acabar com o 13º salário.

A classe trabalhadora, para derrotar o projeto de exploração do FMI e da ALCA e conquistar emprego, salário, terra e direitos, precisa estar unida. Devemos seguir o exemplo dos trabalhadores franceses.

E devemos todos exigir da CUT, que deixe de ser uma Central chapa branca, e convoque todos os trabalhadores à luta para derrotar a reforma do FMI.

A CUT, nesse momento, deveria estar exigindo que o governo retirasse a PEC-40/03 do Congresso, convocando assembléias em todos os sindicatos e propondo a preparação de uma Greve Geral para botar abaixo essa Reforma do FMI.

Todos os ativistas e lutadores desse país, devem entrar em campanha contra essa Reforma, realizando palestras nos seus locais de trabalho, estudo ou moradia; distribuindo os materiais de esclarecimento à população que os servidores estarão produzindo, se somando aos atos e manifestações e apoiando de forma ativa a luta dos servidores das 3 esferas.

GREVE GERAL NA FRANÇA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Na terça-feira, 13 de maio, mais de um milhão de trabalhadores foram às ruas em mais de 117 cidades da França, em um dia de greve geral contra a reforma da Previdência apresentada pelo governo direitista de Pierre Zaffarin.

A reforma pretende elevar o tempo de contribuição necessário para que funcionários públicos possam se aposentar com o mesmo salário da ativa dos atuais 37,5 para 40 anos. Também a idade mínima exigida pela lei para aposentadoria é de 60 anos.

UM PRESENTE AOS FUNDOS DE PENSÃO

Na verdade, o grande objetivo da reforma é substituir um sistema baseado na solidariedade operária entre gerações, uma conquista das lutas do movimento dos trabalhadores franceses, por um sistema de "capitalização" baseado na poupança individual controlada pelos sistemas de seguros e fundos de pensão.

UNIDADE DOS TRABALHADORES PÚBLICOS E PRIVADOS

A greve convocada pelos sindicatos foi respondida de forma massiva pelos trabalhadores do setor público e privado. Juntos, pararam e foram às ruas os operários das empresas automobilísticas, bancários, trabalhadores da construção e químicos, além de funcionários públicos dos Correios, hospitais e trabalhadores das estatais.

Em Paris todo o transporte público ficou paralisado e mesmo assim a passeata contou com 250 mil trabalhadores, que gritavam: *"Capitalização não, repartição sim!"*. Aos trabalhadores se juntaram aposentados e jovens, com a mesma palavra-de-ordem de 1995: *"Todos juntos"*.

Esta foi a maior mobilização realizada desde a greve geral de 1995, o que levou o primeiro-ministro Zaffarin a dizer que *"não são as ruas que governam"*. Mas é preciso lembrar que, em 1995, a greve geral derrotou os planos do governo.

SAIBA MAIS SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Este suplemento foi produzido a partir de vários documentos, ensaios, livros e cartilhas : "Mentiras e Verdades sobre a Reforma da Previdência"; documento de Maria Lúcia Fatorelli (auditora fiscal da Receita Federal); "Reforma da previdência – A verdade Nua e Crua", texto da Unafisco Sindical; "Reforma da Previdência, a quem interessa essa reforma", Cartilha do MTS; "Mentiras e verdades" (artigo) e "Em defesa de nossa Previdência" (livro), de Serge Goulart e diversos artigos internacionais.

Você pode encontrar vários destes materiais nos sites: www.unafiscobh.com.br, www.andes.org.br e também no site do PSTU

UJS APROFUNDA ALINHAMENTO DA UEE-SP COM O GOVERNO

O PRINCIPAL DEBATE DO CONGRESSO DA UEE-SP, QUE OCORREU DE 1º A 4 DE MAIO EM SÃO CARLOS, FOI A POSIÇÃO DOS QUASE MIL DELEGADOS DIANTE DO GOVERNO LULA: SUA POLÍTICA ECONÔMICA, EDUCACIONAL E SUA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

HERMANO ROCHA DE MELO,
primeiro-secretário da UNE

A direção majoritária da UEE-SP - a *UJS*, ligada ao PC do B - defendeu quase que incondicionalmente o governo, afirmando que este era o "*governo das mudanças*", que iria "*satisfazer as reivindicações dos estudantes*". Para ela, se há algo de errado é resultado da "*pressão de setores conservadores*". As resoluções aprovadas refletem esta concepção e deixam a entidade ainda mais desarmada diante dos ataques, por estar totalmente alinhada ao governo.

A tese **Ruptura**, composta pelo *Movimento Ruptura Socialista* e estudantes independentes, fez um balanço bastante crítico dos primeiros meses do governo. "*Em vez de atender as expectativas de mudanças de milhões de estudantes e trabalhadores que votaram em Lula, o governo vem mantendo os pilares da política econômica de FHC: mantendo o acordo e o ajuste fiscal do FMI, aumentando o montante de dinheiro que vai para os banqueiros através da dívida externa e do aumento do superávit e avançando nas negociações da Alca. Sem a ruptura com esse modelo, não haverá mudanças*", afirma José Erinaldo Jr., diretor da UEE.

A reforma da Previdência também tem conseqüências para as universidades, como alerta Thaís, da USP: "*Como a reforma vai retirar direitos de professores e funcionários, muitos estão se aposentando este ano e vários cursos podem fechar*". Sirlene Maciel, da Unicsul, concorda que a Educação sofrerá com a política de Lula: "*Para manter o acordo com o FMI, o governo cortou R$ 341 milhões da Educação e declarou que não vai combater o crescimento do ensino privado, vai apenas 'regulamenta-lo'. O que queremos é o investimento de pelo menos 10% do PIB em Educação e a revogação da reforma educacional de FHC, como a Lei de Mensalidades e o Provão*".

Outra polêmica foi sobre a presença da UNE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: "*As entidades estudantis têm que optar entre defender a luta dos estudantes ou o governo. O caminho que a UJS escolheu é o de se calar frente à política econômica, a reforma da Previdência e os cortes de verbas, por isso integra um Conselho que só serve aos banqueiros. Achamos que a UNE deve sair já e denunciar este pacto social com a burguesia*", disse André Pluskat, da FATEC-SP ■

Esquerda do PT fecha aliança com Articulação e MR-8 e não participa dos debates

Desde a eleição de Lula, a esquerda petista vem abandonando a defesa de um bloco de esquerda, de luta e socialista na UNE, em troca do pragmatismo das alianças com a direita para ganhar a entidade. No Congresso da União Catarinense dos Estudantes, optou por uma chapa com PPS, MR-8 e PFL, o que levou à vitória deste "novo campo", com o PFL na tesouraria, e que vai levar a entidade a mais paralisia e burocratização.

Na UEE-SP a história quase se repete. Durante todo o congresso, a esquerda do PT tentou construir uma "aliança ampla", que permitisse a vitória sobre a *UJS*. Aliou-se à *Articulação*, que assina embaixo de toda a política econômica e das reformas do governo, e fez um acordo com o MR-8, representante do quercismo e cujos militantes atuam como gângsters no movimento estudantil. Como se não bastasse, tentou até o último minuto uma aliança com o PPS, que acabou fechando com a *UJS* em troca de cargos e aparato. Os aliados que os companheiros estão procurando se vendem a quem oferece mais.

Para evitar críticas a esta aliança tão "eclética", para dizer o mínimo, os companheiros escolheram ficar fora do congresso, sem participar dos grupos de discussão.

"*Nós da tese* ***Ruptura*** *batalhamos durante o congresso para garantir uma unidade da esquerda, em base a um programa comum, mas infelizmente o que vem predominando na maioria das correntes petistas é o pragmatismo do vale tudo. Sabemos que essa lógica se mantém para o congresso da UNE, mas vamos continuar dando a batalha por uma nova direção, com aqueles que estão dispostos a lutar contra uma UNE governista e as alianças com a direita*", concluiu Sérgio Augusto, diretor de pagas da UEE ■

RESULTADO

PCdoB, PSDB, PPS, PSB, PDT, PV	**567 votos**
RUPTURA	**81 votos**
Esquerda PT, Articulação, MR-8*	**272 votos**

* Não integrou, mas votou na chapa

Foto de Valério Paiva

Acelerar a tirada de delegados ao CONUNE!

O congresso da UEE-SP reafirmou a avaliação de que a luta por uma UNE independente, democrática e de luta está sendo construída pela tese **Ruptura**. Devemos manter o chamado aos DCEs, CAs, executivas de curso e estudantes independentes, a que lutem conosco por um bloco de esquerda na UNE, chamando os companheiros da esquerda do PT a mudarem sua política de alianças com a direita.

Para isso é importante debater a nossa tese e o "Manifesto por uma UNE independente, democrática e de luta" com todos os estudantes e também com os militantes petistas. Faltando poucas semanas para o credenciamento, devemos agora garantir uma grande bancada no congresso, para dar esta batalha política. As reuniões semanais da tese, além de debater os temas polêmicos do congresso, não podem deixar de avaliar e planejar as eleições de delegados, elegendo companheiros que fiquem responsáveis por acompanhar cada votação. Para que estejamos todos em Goiânia, a garantia das finanças e dos ônibus para a viagem não pode ser esquecida ou adiada. É preciso garantir desde já com reitorias e sindicatos e impulsionar atividades de arrecadação financeira, como pedágios e festas. ■

SANTA CATARINA DIZ NÃO À REFORMA DE LULA

O 8º CECUT-SC FOI MARCADO PELA VITÓRIA POLÍTICA DO BLOCO DE ESQUERDA, QUE CONSEGUIU APROVAR RESOLUÇÕES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE LULA. O LAMENTÁVEL FICOU POR CONTA DA ESQUERDA DO PT, QUE TENTOU IMPEDIR A FORMAÇÃO DO BLOCO, CALUNIANDO O PSTU

JOANINHA,
de Florianópolis (SC)

Na abertura do congresso, no dia 2 de maio, montou-se uma mesa com os representantes do PT, **PSTU** e PCdoB e autoridades petistas incluindo José Fritsch, secretário Nacional de Pesca, e a senadora Ideli Salvati (PT-SC). O **PSTU** foi a primeiro a fazer uso da palavra, denunciando o caráter de classe do governo Lula, a política econômica, as reformas, entre elas a da Previdência, e fazendo no final um chamado ao PT e a Lula para romperem com a burguesia e governarem para os trabalhadores. Fritsch defendeu a política econômica de Lula e a nefasta reforma da Previdência, pela qual foi criticado e recebeu dos servidores federais uma moção de repúdio.

Em seguida, houve um debate sobre conjuntura. João Flávio, militante do **PSTU** e servidor da Justiça do Trabalho, defendeu com muita ênfase as posições do Bloco de Esquerda.

Nos grupos, o grau de descontentamento com o governo Lula era grande e todas as emendas propostas pelo Bloco foram aprovadas para irem ao plenário geral. No plenário, com 298 delegados, foi priorizado o debate de estratégia e a reforma da Previdência. Ninguém defendeu em plenária a reforma do governo. Além das forças políticas, falaram muitos companheiros petistas independentes e todos foram contundentes em afirmar que essa reforma é a mesma de Fernando Henrique e do FMI.

Após o debate foram aprovadas, com apenas três abstenções, as resoluções contra a reforma da Previdência (*quadro ao lado*).

APESAR DAS RESOLUÇÕES, A ESQUERDA PETISTA SE NEGOU A CONFORMAR UMA CHAPA UNIFICADA

DISPUTA DA DIREÇÃO

Apesar do acordo na maioria das resoluções entre toda a esquerda, as correntes organizadas da esquerda petista se negaram a conformar uma chapa unificada.

Cumprindo um papel divisionista, as correntes *O Trabalho*, *Força Socialista*, *Articulação de Esquerda* e *CDS* tentaram isolar o **MTS**, dizendo nos corredores do congresso que o **PSTU** defende o "Fora Lula" e que, portanto, não era possível fazer a chapa. Porém, tiveram um surpresa: o **MTS**, independentes de vários sindicatos, prestistas e a Oposição Alternativa dos professores conseguiram conformar um Bloco de Esquerda, encabeçado por Valmir Braz, da Previdência.

Na defesa das chapas, o Bloco de Esquerda chamou a esquerda petista a não repetir no CONCUT o que foi feito em Florianópolis ■

RESOLUÇÕES

Contra a reforma da Previdência do governo Lula

Retirada imediata do projeto do Congresso Nacional

Campanha de luta e esclarecimento sobre o tema

Indicativo de greve geral no serviço público contra a reforma

RESULTADO SC

Articulação e CSC
154 votos - 62%

OT, FS, AE e CDS do PT
46 votos - 18,37%

MTS, Oposição Alternativa professores, prestistas, independentes
45 votos - 18,36%

CONSTRUIR UM BLOCO DE ESQUERDA NO CONCUT
Por uma CUT autônoma e independente do governo

FOTO MANOEL PEREIRA

Bancada do Bloco de Esquerda no Cecut-SP

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Nos congressos estaduais, de forma contraditória e muitas vezes incoerente, encontramos três grandes blocos. No primeiro está a *Articulação Sindical*, que defende uma política governista que, de tão adesista gera mal-estar inclusive em setores de sua própria corrente.

O segundo inclui a *Corrente Sindical Classista* e as correntes da esquerda do PT, que reagiram de maneira distinta em cada estado, motivados por disputas de aparatos, acordos regionais, radicalização de quadros e polarização do debate político.

O terceiro bloco, claramente delimitado pela defesa dos direitos dos trabalhadores e da independência e autonomia da CUT frente ao governo Lula, é composto de militantes do **MTS**, Andes-SN, grupos regionais e setoriais importantes, como a *Opção Socialista* da Apeoesp, o grupo da Previdência do Rio de Janeiro, bem como setores mais coerentes da esquerda petista.

A pressão da direção majoritária da central é para isolar ou esmagar aqueles que estão na oposição ou que simplesmente tenham críticas ao atual governo. Sua postura no CONCUT pode ser montar uma chapa única onde os descontentes sejam beneficiados com cargos na executiva nacional, ao preço de ficarem de boca fechada; ou a exclusão da direção.

Contra isso é fundamental um Bloco de Esquerda da CUT unido politicamente em cima de resoluções que defendam os interesses de nossa classe contra os ataques governistas, como a reforma da Previdência.

Algumas iniciativas já estão sendo tomadas. Em São Paulo, no dia 16 de maio, os companheiros debaterão e estarão preparando a reunião nacional deste bloco. No Rio de Janeiro haverá uma plenária, no dia 21 de maio às 19 h, no Sindicato dos Bancários, que lançará o **Movimento Esquerda Cutista,** a partir da chapa do CECUT.

PLENÁRIA NACIONAL PELA CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO DE ESQUERDA NA CUT
01/06, 14h
Apeoesp, São Paulo

Reproduzimos o extrato da resolução de Conjuntura e o Governo Lula, apresentada pelo Bloco no CECUT RJ

"Eleger Lula foi uma vitória dos trabalhadores e do povo pois derrotamos, nas urnas, o candidato de FHC, dos banqueiros, latifundiários e do Imperialismo: o Serra. Estamos em melhores condições para derrotar o modelo neoliberal. Após 100 dias as medidas do governo de coalizão PT/PL, não apontam as mudanças com o modelo do governo anterior pelas quais votaram mais de 50 milhões de brasileiros. O compromisso com o FMI de manter o superávit primário até 2006, que já materializa-se na nova LDO; nas reformas propostas, com destaque para a Previdência retirando conquistas históricas de nossa classe; na CLT que se prepara no mesmo sentido. (...) É necessário que Lula governe com e para os trabalhadores, com as entidades do movimento operário e popular abandonando seus novos parceiros e aliados. Precisamos de um plano econômico de emergência e não da continuidade do modelo de FHC/FMI(...)."

ARTICULAÇÃO É DERROTADA NO CONGRESSO DE MINAS

CACAU,
de Belo Horizonte (MG)

O oitavo Congresso Estadual da CUT Minas Gerais aconteceu em Belo Horizonte, entre os dias 8 e 10 de maio, e reuniu 400 delegados.

A *Articulação* pressionou as demais forças políticas com o objetivo de formar uma chapa única. O argumento principal era o de reunificar a CUT em Minas, já que o último congresso não havia se realizado devido às inúmeras fraudes, todas de responsabilidade da *Articulação*. Outro motivo importante era isolar o **MTS** – ***Movimento por uma Tendência Socialista*** – que vinha defendendo a necessidade de conformação de um bloco de esquerda na CUT.

DEBATE SOBRE O GOVERNO POLARIZA JÁ NA ABERTURA

O atual delegado regional do Trabalho e ex-presidente da CUT Minas, Carlos Calazans, fez uma defesa apaixonada de toda a política do governo Lula e da necessidade de apoio à reforma da Previdência para atacar os "privilégios de alguns setores e categorias".

Já o representante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Ademar Schultz, comparou os setores que compõem o governo Lula a dois animais. De um lado, o setor representado pelos "gambás", composto pela direita "fedorenta", entre eles representantes do latifúndio, como o ministro Roberto Rodrigues e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. De outro, o setor representado pelos "cordeiros", que não enfrenta a direita, se acovarda e corta as verbas sociais do Orçamento para alimentar o pagamento da dívida externa, o que faz com que a reforma agrária não saia do papel.

Ainda que reivindicando o governo, o representante do MST fez uma defesa enfática da necessidade da ruptura com a Alca, contra a autonomia do Banco Central e contra a utilização dos transgênicos.

BLOCO DE ESQUERDA GARANTE ENVIO DE POSIÇÕES AO CONCUT

Mesmo com todas as limitações impostas pelo regimento, pela péssima data escolhida para a realização do congresso, sem grupos de discussão, o debate ocorreu em plenário.

E o destaque foi a conformação de um bloco de esquerda que lutou contra as posições políticas da *Articulação*. Mesmo com teses diferenciadas, os vários setores da esquerda votaram juntos em diversas polêmicas ou se abstiveram, quando não havia acordo global com o texto. Isso garantiu o envio das posições críticas ao CONCUT.

A bancada do MTS no congresso de Minas Gerais, que conformou o Bloco de Esquerda

ARTICULAÇÃO É DERROTADA E TENTA GOLPEAR O CONGRESSO

Desse acordo, surgiu a chapa "Construir a CUT de luta, classista, democrática e independente dos governos", composta pelo **MTS**, *Corrente Sindical Classista*, *CSD*, *TM Sindical*, pela tese "Fortalecer a CUT" (*O Trabalho* e sindicalistas do serviço público federal) e, ainda, pelos delegados do PCO.

A chapa foi encabeçada pelo sindicalista José Antônio de Lacerda, o Jota, operário gráfico da *CSC*. Os pontos centrais defendidos pela chapa foram: a defesa da autonomia e independência da CUT frente ao governo; a luta contra todas as reformas que retirem direitos dos trabalhadores e o engajamento na luta contra a reforma previdenciária; a defesa da democracia na central e o compromisso de democratização da gestão da CUT em Minas; contra a participação da CUT no pacto social; contra a entrada do Brasil na Alca e participação na campanha do plebiscito oficial e contra a autonomia do Banco Central.

A conformação desta chapa significou uma enorme derrota da *Articulação*.

Lamentavelmente, mais uma vez, os dirigentes da *Articulação* colocaram em risco a unidade da CUT no estado. Da votação para a escolha da diretoria participaram 390 delegados. No entanto, apenas 389 votos foram apurados, faltando, portanto, um voto de acordo com a lista. A Chapa 1, da *Articulação*, obteve 190 votos, enquanto a Chapa 2, do Bloco de Esquerda, obteve 189 votos. Os outros 10 votos se dividiram entre nulos e brancos.

Antes que a conferência final dos votos fosse realizada, um representante da *Articulação* tomou o microfone para anunciar o "resultado", dando vitória à sua chapa. Só que, além de faltar um voto a ser apurado, a chapa do Bloco de Esquerda havia apresentado um recurso para que um dos votos anulados fosse dado a sua chapa, porque no voto era clara a intenção de votar na oposição, apesar de ter sido escrito no lugar errado.

Um grande tumulto se instaurou. Os representantes do Bloco de Esquerda pediram a recontagem dos votos, o que foi negado pela *Articulação*, apesar dos três dirigentes da Executiva Nacional da CUT no plenário.

Quando fechávamos esta edição, a Direção Nacional da CUT e a Comissão Organizadora do Congresso realizaram a recontagem dos votos. O voto que faltava foi para a Chapa 2. E o que foi indevidamente anulado, apesar da *Articulação* não querer reconhecer, é também da oposição. Com isso a chapa vencedora é a Chapa 2, do Bloco de Esquerda.

Para Boaventura Mendes, militante do **PSTU** e representante do ***MTS*** na Executiva da CUT Minas Gerais, "*o caminho apontado no congresso de Minas deve ser seguido no CONCUT. A esquerda precisa se unificar num bloco, que se contraponha à política do setor majoritário e recoloque a CUT na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.*" ■

RESULTADO MG*

Construir a CUT de luta, classista, democrática e independente dos governos (MTS, CSC, CSD, TM, OT, PCO)
191 votos

Articulação
190 votos

**A partir de recontagem na CUT Nacional*

OUTROS RESULTADOS

RESULTADO PB

CSC, CSD e FS
70,86%

Articulação
17,8%

Movimento CUT
7,3%

MTS
3%

RESULTADO CE

CSC, TM, OT, CSD, MTS
65,65%

Articulação
34,35%

RESULTADO PE

Articulação, CSC e CSD
70,02%

OT, ASS, AE
24,22%

MTS
5,75%

RESULTADO DF

Unidade na Luta (Articulação)
100 votos

Articulação
82 votos

CSC, MTS e PCO
19 votos

Chapa Marcos Pato (Articulação)
19 votos

PARA ONDE VAI A ARGENTINA?

NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES ARGENTINAS, APESAR DA APATIA, PREVALECEU O VOTO ÚTIL E NÃO O "VOTO BRONCA" E O "QUE SE VAYAN TODOS" DE 2001. O QUE ACONTECEU? LEIA A AVALIAÇÃO DO FOS (FRENTE OBRERA E SOCIALISTA), ORGANIZAÇÃO FILIADA À LIT NO PAÍS

Fotos Indymedia Argentina

A repressão na fábrica ocupada Brukman conseguiu unir todas as organizações da Argentina em um forte ato de 1 de Maio

ALICIA SAGRA E GABRIEL MASSA,
da direção do FOS

Na Argentina, há um ano nenhum dos 17 que se candidataram a presidente podia andar nas ruas. Hoje, tiveram cerca de 70% dos votos. Em outubro de 2001 houve uma avalanche de "voto bronca" e uma votação expressiva na esquerda. Agora estes votos não se expressaram. O que refletiu o resultado eleitoral na Argentina?

Não há dúvidas de que estas eleições se deram em uma conjuntura difícil. Em nível internacional ocorreu a ocupação imperialista do Iraque. Em nosso país vivemos um refluxo nas lutas, que foi aproveitado pelo governo para atacar os pontos mais avançados da revolução: as fábricas ocupadas e a UTD (União dos Trabalhadores Desocupados) de General Mosconi.

A aparente recuperação econômica, a abertura do "corralito" e a distribuição de grandes quantidades de comida; a devolução de 13% nos salários dos funcionários públicos e aposentados e o aumento salarial aos trabalhadores - tudo isso feito com dinheiro do Banco Mundial - serviram para reduzir os protestos sociais.

Além disso o governo também contou e conta com a colaboração e a trégua dos dirigentes da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) e CCC (Corrente Sindical Classista e Combativa).

Mas, apesar de que todos estes fatores têm peso, não são eles que explicam o resultado do processo eleitoral.

A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA DIREÇÃO E O RESULTADO FRUSTRADO

Em outubro de 2001 houve um rechaço massivo aos políticos tradicionais e uma busca por uma saída à esquerda. A partir da insurreição de dezembro, parecia que esta busca iria ter resultados. Centenas de milhares foram às ruas com panelas, realizando os "cacerolazos". Dezenas de milhares se encontravam nas assembléias populares e na Assembléia Nacional Piqueteira. Foram aprovados programas revolucionários, que antes só eram defendidos pelas organizações revolucionárias. Nas assembléias populares e no movimento piqueteiro os partidos de esquerda ganhavam peso dirigente.

A expectativa de setores de massa na esquerda crescia como parte da formação de uma nova direção. Esta referência de esquerda aparecia inclusive dentro das fábricas.

A revolução deu à esquerda revolucionária uma oportunidade histórica de construir uma alternativa de direção de massas, ainda que minoritária. Mas os principais partidos e dirigentes, como Zamora, PO e o MST rifaram esta possibilidade.

Estes partidos se culpam mutuamente pela falta de uma alternativa unificada da esquerda. Nenhum deles assume sua responsabilidade e não conseguem abandonar sua lógica eleitoral. Porque o problema não é que não houve uma "alternativa unificada da esquerda" para as eleições. O que aconteceu foi muito mais grave. Esteve colocada a possibilidade de avançar na construção de uma nova direção e havia novos organismos que permitiam buscar esta mudança por fora das eleições. E esta possibilidade se frustrou porque não se avançou na unificação do novo que surgia - Assembléias Populares, Movimento Piqueteiro, fábricas ocupadas. A partir dos novos movimentos que surgiam não se teve uma política de golpear a burocracia sindical que mantém o controle da maioria dos trabalhadores.

Não prevaleceu a lógica da luta que impõe a unidade. Nas eleições, se negaram a chamar o rechaço ao processo, como apontavam as organizações do movimento e chamavam o "voto positivo" priorizando a lógica eleitoral. A falta de unidade da esquerda nas eleições foi o reflexo das disputas burocráticas, que se expressavam na luta pela melhor localização das faixas nas passeatas até a luta intestina dentro dos novos organismos para convertê-los em seus próprios "corralitos".

A PERSPECTIVA PARA OS TRABALHADORES

Mas seria um erro acreditar que depois da ressaca e instalado o novo presidente, o imperialismo e seus sócios locais vão ter tudo resolvido. Por mais que o "voto bronca" não tenha prevalecido, o novo governo encontrará o FMI instalado em Buenos Aires, exigindo o pagamento da dívida externa e com um movimento de massas que não está derrotado e segue exigindo trabalho, salário, educação e saúde.

Por isso o FOS segue propondo unidade para lutar e democracia operária nos nossos organismos.

A repressão a Brukman conseguiu nos unir. A quase totalidade das organizações piqueteiras, as assembléias populares, a oposição da CTA, os partidos de esquerda, todos nos unimos no primeiro de Maio para exigir a saída do imperialismo do Iraque, apoiar os trabalhadores da Brukman e exigir a liberdade de nossos presos. Esta unidade é a que devemos seguir e aprofundar, para organizar a luta contra o novo governo.

Para avançar neste objetivo é importante encarar o debate sobre o significado do processo eleitoral na Argentina. ■

Nenhuma confiança em Kirchner!

Quando fechávamos esta edição, foi noticiada a renúncia do candidato Menem à disputa das eleições. Pela lei eleitoral da Argentina, Kirchner deverá assumir a Presidência do país, sem realização de segundo turno.

A campanha de Kirchner, candidato apoiado pelo atual presidente Duhalde, foi feita com base em promessas de defender a "estabilidade" e combater a corrupção. Mas, como seu antecessor, vai continuar aplicando os "ajustes" ordenados pelo FMI e, para isso, terá de recorrer à repressão contra quem se atrever a defender seus direitos. Se ainda restam dúvidas sobre isso na Argentina, cabe lembrar que Kirchner já disse com toda clareza que seguirá com a mesma política do atual governo. Já se reuniu com o FMI, comprometendo-se a reduzir os gastos públicos e alcançar um superávit de 3% do orçamento para pagar a dívida externa, além de privatizar o Banco Nación (Banco Central) e o Banco Província e aumentar as tarifas. Ou seja, mais arrocho salarial e mais miséria.

UNIDADE PARA ENFRENTAR KIRCHNER-DUHALDE

É possível e necessário unir a esquerda, os piqueteiros e as organizações populares e de trabalhadores. Este é o melhor caminho para enfrentar o novo governo e apontar uma saída dos trabalhadores e do povo. **(Da redação)**

EM MEIO À CRISE, O PARTIDO COLORADO VENCE AS ELEIÇÕES

CRISE DO REGIME BURGUÊS NÃO FOI REVERTIDA COM O PROCESSO ELEITORAL E SEU RESULTADO PROMETE NOVOS ENFRENTAMENTOS NA LUTA DE CLASSES

JONAS POTYGUAR,
de Assunção (Paraguai)

No dia 27 de abril se realizaram eleições gerais em todo o país. O Partido Colorado, que está no poder desde 1947, ganhou as eleições, mas isso não garante o fim da crise no país. As massas continuam questionando o regime e suas instituições, como o Congresso Nacional, que teve um parlamentar flagrado com 300 kg de maconha. O atual presidente é um bêbado, que anda com veículo de luxo roubado e que depositou 16 milhões de dólares na conta de sua esposa nos EUA.

Seu candidato a presidente, o jornalista Nicanor Duarte foi eleito com 37% dos votos (573.562 votos), que representam somente 25% dos eleitores inscritos (2.405.000 pessoas).

Foi a pior votação da sua história, ainda que tenha apresentado seu melhor candidato de todos os tempos. O Partido Colorado não é mais que uma sombra do que foi: um partido que tinha no seu interior todas as frações burguesas, um domínio completo do aparato do Estado e de seu Exército. Mantém hoje somente os símbolos deste passado "glorioso". Prova disso é que nas primeiras eleições pós-queda da ditadura, em 1989, o candidato do coloradismo obteve 77% dos votos.

Em segundo lugar, com 23%, ficou o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), tradicional opositor. Foi o grande perdedor, pois não conseguiu atrair o sentimento de oposição que prevaleceu no povo.

> APESAR DA CRISE, AS ELEIÇÕES NÃO FORAM UMA RUPTURA COM OS PARTIDOS BURGUESES

Uma fração burguesa (*Movimento Pátria Querida*), cujo candidato a presidente é dono de uma financeira, galvanizou uma parte desse voto oposicionista e "ético". Ele tinha o apoio de setores burgueses importantes e da cúpula da Igreja católica, já que é um "empresário cristão". Esse movimento, que é novo, alcançou 21% dos votos. Ganhou na capital Assunção e ficou em segundo lugar, quase empatado com Nicanor, no Departamento Central, estado que concentra o grosso da população urbana do Paraguai.

Outra fração burguesa -golpista e narcotraficante - ligada a Oviedo, general que tentou um golpe em 1999, teve 13% dos votos. Um resultado importante, já que Oviedo está exilado no Brasil e esses são os votos que ele pôde transferir a seu candidato. Não se pode subestimar essa fração burguesa, pois é uma alternativa de mudança golpista que o imperialismo guarda na manga.

Apesar da crise, as eleições não expressaram uma ruptura de massas com os partidos burgueses tradicionais em direção a uma saída classista e de esquerda. Isso determinou que os votos da Izquierda Unida (IU) e particularmente para Tomás Zayas fossem de vanguarda e programáticos, pela ruptura com o FMI, pela expropriação do latifúndio, pela nacionalização das grandes empresas estratégicas, um voto anti-imperialista, classista e socialista.

A abstenção teve um peso importante, principalmente na juventude urbana, expressando o desgaste do regime democrático-burguês colonial e das eleições como alternativa de mudança.

O novo governo sai desse processo eleitoral com problemas. Tem pela frente um país estagnado (e nos últimos anos, em recessão) e a obrigação de negociar com as frações burguesas opositoras. O FMI espera que seus planos sejam aplicados integralmente. Contra isso há oposição em toda a população, que já barrou a privatização da estatal telefônica com uma mobilização de massas. A temperatura das lutas vai aumentar, de acordo com o grau de ataque que o imperialismo ianque venha a desferir através do novo governo ■

A campanha da Izquierda Unida (IU) e do PT

A participação de IU no processo eleitoral foi uma conquista importante ainda que não tenha conseguido eleger nenhum parlamentar, porque ofereceu uma alternativa de esquerda no processo eleitoral dominado pelos partidos burgueses e acumulou forças para os próximos embates da luta de classes.

A participação do PT no processo eleitoral foi extremamente vitoriosa. O objetivo fundamental do partido era construir uma alternativa de esquerda no processo eleitoral que demarcasse um programa anti-imperialista e anti-capitalista para fortalecer uma saída revolucionária para a crise do Paraguai. Como resultado, o PT quadruplicou suas forças militantes nos setores sociais mais importantes do país.

O RESULTADO ELEITORAL DO IU

O IU apresentou mais de 500 candidatos em todo o país, na sua ampla maioria, dirigentes sociais, camponeses, operários e populares. Participaram de IU o Partido Pátria Livre, o Partido dos Trabalhadores, seção da LIT, a Corrente Gremial Camponesa, organização camponesa que reúne 29 agremiações, uma organização indígena do Chaco paraguaio, entre outras. O programa de IU sintetizava-se em *Terra, Trabalho e Soberania* e seu slogan foi: *6 es la lista, el resto es capitalista.*

A chapa presidencial encabeçada por Tomás teve 4.549 votos (0,31%), com índice máximo de 1,4% em Concepção, estado do norte do país, ficando em sexto lugar entre nove candidatos a presidente.

FOTO PT PARAGUAI

A campanha de Tomas Zayas presente nos atos contra a guerra ao Iraque

A chapa de governadores (que se apresentaram em 10 dos 17 estados) obteve 7.885 votos com média de 0,92%, cujo índice máximo foi de 1,78% em Concepção.

A chapa para o Senado encabeçada por Juan Arrom, do Partido Pátria Livre, alcançou 16.074 votos e índice de 1,04%. Para eleger necessitava de 2% dos votos, aproximadamente 30 mil votos. A de deputados alcançou nacionalmente 16.123 votos com uma média de 1,14% dos votos, com um índice mais alto em Concepção com 2,55% dos votos.

Para as juntas departamentais (deputado estadual no Brasil) foram 10.274 votos com média de 1,09%. Foram 2,57% em Concepção, e por pouco o candidato do PT da região não foi eleito ■

QUEREMOS PLEBISCITO OFICIAL SOBRE A ALCA!

No dia 1º de maio um grupo de personalidades entregou ao presidente um manifesto pedindo um Plebiscito Oficial sobre a Alca e sobre a autonomia do BC. "Em nosso entender, tanto a Alca quanto a autonomia do Banco Central são questões inegociáveis, posto que implicam na intocabilidade da própria soberania da Nação. Decisão de tamanha magnitude deve ser tomada pelo detentor dessa soberania: o povo brasileiro. Assim, cada brasileiro e brasileira deveriam ser chamados a se pronunciar sobre ambas questões em um plebiscito", diz um trecho.

Avançar na mobilização contra a Alca, entretanto, é decisivo. Pois o governo Lula segue nas negociações, contrariando a vontade dos mais de 10 milhões que participaram do plebiscito organizado pelos movimentos sociais em 2002. Pior, toda a política econômica do governo e as "reformas" de FHC e do FMI nos conduzem à Alca. E esta - se não for derrotada - transformará o Brasil numa colônia.

Por isso, nas lutas contra a reforma da Previdência, por salário, emprego, terra, educação e saúde, nas escolas, bairros, paróquias, cada lutador deve levar adiante a campanha pela exigência de que seja convocado um Plebiscito Oficial, no máximo até o início de 2004.

Entre nessa luta! Recorte ou reproduza o abaixo assinado ao lado, colete assinaturas, monte um comitê ou envolva sua entidade nessa campanha.

Sim à vida NÃO Outra América é possível

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA

Sim à vida NÃO Outra América é possível

Ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva
Ao Presidente do Congresso Nacional
Ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal

Em defesa da soberania nacional:

• Mais de 6 milhões de brasileiros (as), adultos (as), eleitores (as), participaram em 2000 de um plebiscito nacional e decidiram pela necessidade de realizar uma Auditoria Pública sobre a Dívida Externa brasileira e mudanças na política de endividamento do país;

• Em setembro de 2002, mais de 10 milhões votaram no Plebiscito Nacional Sobre a ALCA, decidindo contra a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas, pela saída imediata do governo brasileiro das negociações e contra a entrega da Base de Alcântara para controle do governo dos Estados Unidos.

Nós, abaixo-assinados (as), dando continuidade à luta em defesa da Soberania do país e reforçando o voto popular que exigiu mudanças no país, vimos reivindicar ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário:

1 – A realização imediata de uma Auditoria Pública sobre a Dívida Externa brasileira, conforme determina a Constituição Federal, e com a participação de entidades da sociedade;
2 – A imediata anulação do Acordo de Cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos;
3 – A convocação de um Plebiscito Oficial sobre a ALCA, ainda em 2003, a fim de garantir o direito ao povo brasileiro de decidir os destinos do país.

Nome / Assinatura	Cidade / Estado